

TERRITÓRIOS E TEMPORALIDADES DO POVO DA RUA DE PORTO ALEGRE: UMA EXPERIÊNCIA DE HISTÓRIA ORAL NA EMEF PORTO ALEGRE

TERRITORIES AND TEMPORALITIES OF THE "POVO DA RUA" OF PORTO ALEGRE: AN EXPERIMENT IN ORAL HISTORY AT THE EMEF PORTO ALEGRE

Dante Guimaraens Guazzelli¹

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar os resultados provisórios obtidos no projeto de história pública *EPA 25+: uma história feita na rua*, realizado dentro da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre. O projeto busca construir, de forma dialógica e colaborativa, uma história da escola e da população em situação de rua de Porto Alegre utilizando a metodologia da história oral. Para isto foram realizadas diversas atividades dentro de diferentes disciplinas e oficinas. Partindo disso foi possível levantar temas relevantes para os estudantes em situação de rua, como os territórios do povo da rua no Centro Histórico da cidade. Foi possível perceber também a questão das diferentes temporalidades presentes nas narrativas dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: população em situação de rua; história pública; história oral.

ABSTRACT: This article seeks to present the preliminary results obtained in the public history project *EPA 25+: uma história feita na rua*, developed inside the Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre. The project intends to build, in a dialogical and collaborative approach, a history of the school and of the homeless population of Porto Alegre using the methodology of oral history. To this end, several activities were carried out within different disciplines and workshops. From this, it was possible to raise relevant themes to the homeless students, such as the territories of the street people in the city's Historical Center. It was also possible to notice the issue of different temporalities present in the students' narratives.

*Este artigo apresenta os resultados provisórios do projeto de história pública desenvolvido na EMEF Porto Alegre com a estrutura da escola e sem financiamento externos.

¹Professor da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre. Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: dante.pa2607@educar.poa.br.

KEYWORDS: homeless people; public history; oral history.

Posso ter ido lá pra [o bairro] Rubem Berta na [...] Zona Norte, mas eu volto pro Centro, não para morar, mas pra estar sempre aqui, pra minhas memórias ficarem sempre vivas.

Por isso que eu sempre estou na EPA.

Elisângela Soares de Brito
ex-estudante da EMEF Porto Alegre

Este artigo objetiva apresentar os resultados provisórios obtidos no projeto de história pública *EPA 25+: uma história feita na rua* realizado dentro da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre. O projeto busca construir, de forma dialógica e colaborativa, uma história da escola e da população em situação de rua de Porto Alegre.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, conhecida como EPA, é uma escola que atende, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), pessoas em vulnerabilidade social, em especial a população em situação de rua. Localiza-se no Centro Histórico de Porto Alegre, nas proximidades da Usina do Gasômetro. Essa escola foi fundada em 1995 sob iniciativa da Prefeitura de Porto Alegre, na época sob a chamada Administração Popular do Partido dos Trabalhadores (PT), buscando soluções para o problema das crianças de rua.

No início da década de 1990, a cidade tinha um grande número de meninos e meninas em situação de rua, principalmente no centro. Um dos casos, retratado em reportagem de Eliane Brum (1993), foi o dos “tartarugas ninja”, crianças que, semelhante ao desenho animado da época, viviam nos esgotos, entre a Prefeitura Municipal e o Mercado Público. Para dar conta deste problema, um grupo de educadores vinculados à Prefeitura inicialmente abordava estes menores nas ruas; em 1995, foi criada a EPA e sua estrutura física, pensada principalmente para o perfil da rua.

A EPA surgiu de um movimento que buscava tratar a questão das crianças que viviam nas ruas da capital, estando relacionada a outras iniciativas da administração municipal voltadas à saúde, cultura e assistência social desta população. Estes educadores, inspirados nos preceitos da Educação Popular de

Paulo Freire, já vinham realizando ações semelhantes desde o final da década de 1980 e encontraram acolhimento dentro da administração municipal.

A partir de 2000, com o sucesso de medidas como Bolsa-Família, houve um “envelhecimento” da população em situação de rua, que deixou de ser composta por meninos e meninas, passando a ser predominantemente de jovens e adultos. Com isso surgiu a necessidade de transformação da escola, que passou a constituir EJA em 2009. Esta modificação, como apontou o ex-estudante Rafael Dutra (2019, p. 12), acabou acompanhando o crescimento de alguns de seus atendidos: segundo ele, esta mudança deu-se “Porque a gente”, a população atendida pela EPA, “foi crescendo”.

Esta tendência foi potencializada nos anos seguintes. De acordo com o *Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS*, produzido em 2016 pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IFCH/UFRGS) em parceria com a Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura de Porto Alegre (FASC), 61,4% da população adulta em situação de rua tinha mais de 35 anos, cerca de 10% a mais do que no levantamento feito em 2007-8 (IFCH/UFRGS, 2016, pp. 29-30).

Deve-se ressaltar que, com o fim da Administração Popular e a saída do PT do comando da Prefeitura, em 2004, a EPA passou por um processo de isolamento dentro da estrutura municipal, o que levou à tentativa de fechamento por parte da Secretaria Municipal de Educação (SMED) em 2014 (SANTOS, 2018). Esta ação está relacionada tanto a uma desvalorização da educação pública por parte das administrações que assumiram a partir de 2004 quanto a um plano de transformações da área na qual a EPA é localizada.² Este projeto busca *gentrificar* a área, tornando-a atraente para um público de classe média-alta; uma escola pensada para a população em situação de rua definitivamente não se encaixa neste contexto.

² A EPA está situada na rua Washington Luis, próxima da Praça Júlio Mesquita (também conhecida como praça do Aeromóvel) e da Orla do Guaíba Moacir Scliar, locais que foram alvo de transformações recentes por parte da Prefeitura.

Depois da tentativa de fechamento, a comunidade escolar, com o apoio de grupos como o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e do jornal *Boca de Rua*, realizou uma mobilização que levou à judicialização da questão.³ A EPA, inicialmente, manteve-se aberta sob decisão judicial e, atualmente, conseguiu a manutenção da instituição na primeira e segunda instâncias (ABATI, 2019).

Partindo deste breve histórico, é possível dividir a trajetória em três fases, em uma cronologia baseada na relação institucional da escola. O primeiro momento, que vai de sua fundação até a saída do PT da prefeitura municipal, é de uma *EPA instituída*, em que ela estava totalmente articulada e vinculada a iniciativas da gestão que visava atender as crianças e adolescentes em situação de rua. Entre 2004 e 2014, entra-se em uma fase de isolamento da EPA dentro da administração municipal, sendo gradualmente cortados os laços que tinha com outras ações. Finalmente, a partir de 2014 a escola passou a assumir uma dimensão *instituinte*, em que a escola não dialoga somente com outras esferas da prefeitura, mas passa a se articular, principalmente, com movimentos sociais, ONGS e Universidades, modificando sua identidade inicial.

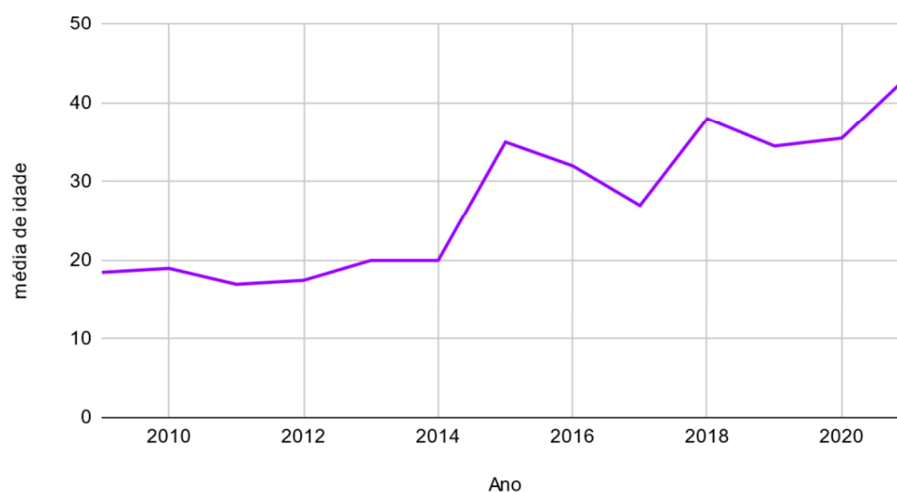
Esta transformação passou também pelo público atendido. Houve, como se mencionou, um “envelhecimento” dos estudantes da escola que pode ser observado em dados sobre os estudantes formados na EMEF Porto Alegre, levantados em atividade desenvolvida com a turma Totalidade 6 na disciplina de Introdução à Pesquisa no ano de 2022. Os dados foram obtidos no Sistema de Informações Educacionais da SMED, disponíveis na Tabela 1. Percebe-se que de 2009 – ano em que a escola passou a se constituir um EJA de ensino fundamental completo – até 2014, a média de idade mantinha-se em até 20

³ O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) organizou-se a partir de 2004, após a chamada “chacina da Praça da Sé”, na qual sete moradores de rua foram assassinados em São Paulo. Este acontecimento motivou diversos encontros desta população o que levou ao lançamento do MNPR em 2005, durante o 4º Festival Lixo e Cidadania, em Belo Horizonte. (SILVA, 2012, p. 28-31). O jornal *Boca de Rua* foi criado em 2000 por duas jornalistas da ONG Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (ALICE) em parceria com moradores de rua. Partindo do apoio dos profissionais da ALICE, o *Boca de Rua* é produzido e comercializado por pessoas em situação de rua. (*Boca de Rua*, Porto Alegre, 2015). Sobre o jornal ver <https://www.facebook.com/jornalbocaderua/> e <https://jornalbocaderua.wordpress.com/>.

anos, o que se modifica a partir de 2015, chegando a uma média de 43,5 em 2021.

Tabela 1: média de idade de formandos da EMEF Porto Alegre (2009-2021)

Média de idade versus Ano



Fonte: SIE/SMED/Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Mesmo que seja um recorte dentro do universo dos estudantes da EPA, estes dados refletem uma tendência de modificação do perfil da escola. Nos primeiros anos de escola com ensino fundamental completo, a instituição acolhia, além de jovens em situação de rua, adolescentes moradores da Vila Chocolateira, comunidade vulnerável que ocupava área próxima da EPA, que foi removida em 2011 (DE PAULA, 2016). Por outro lado, o aumento da idade média a partir de 2015 pode estar relacionado às mobilizações de movimentos sociais e da população em situação de rua contra a tentativa de fechamento da escola iniciada no ano anterior. Ironicamente, ao tentar fechar a EPA a SMED acabou por divulgar seu trabalho junto à sociedade e, principalmente, ao povo da rua; assim, adultos em situação de rua passaram a saber que existia um local de acolhimento em que poderiam ter, além de alimento, banho e espaço para lavar roupas, acesso à educação sem preconceitos.

Percebe-se, a partir destas reflexões, a riqueza e variedade das vivências do povo da rua de Porto Alegre, em especial no Centro Histórico. Desde que iniciei minha atuação na EPA como professor, em 2015, pude perceber que os

estudantes tinham diversas narrativas sobre o passado da rua, tanto de suas experiências quanto de relatos ouvidos por eles. Também notei que havia, entre os estudantes em situação de rua, uma falta de identificação e coletividade entre eles, o que fica claro no fato de, de acordo com o *Cadastro* de 2016, 29,2% dos adultos em situação de rua não se consideravam “moradores de rua” (IFCH/UFRGS, 2016, p. 94).

Mesmo com a mobilização feita por grupos como Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), Coletivo PopRua RS e do Jornal Boca de Rua para criar uma consciência de unidade dentro do povo da rua, “esse grupo ainda é marcado por uma fragmentação” (GUAZZELLI, 2020, p. 32). Isto é potencializado por estigmatizações em relação ao povo da rua pela sociedade e Estado. O projeto *EPA 25+: uma história feita na rua* busca, através de diferentes iniciativas, partindo da metodologia da história oral, criar um ambiente de escuta, debate e análise de vivências na/da rua que possibilitem a criação de laços e a construção de estratégias coletivas para romper esta situação.

Construir uma história *do* povo da rua *com* o povo da rua é uma forma de romper uma tendência que “invisibiliza” suas trajetórias. Existe um mito em relação a este grupo de que eles seriam “invisíveis”, o que, conforme Igor Rodrigues e Dmitri Fernandes, “cria uma falsa ideia de indiferença, ocultando a enorme *visibilidade* desta população em termos de controle penal, repressão e punição”. Conforme os autores

A perspectiva teórica da invisibilidade acaba sendo desconstruída e não tendo validade quando os indivíduos em situação de rua comungam e relatam intenso cotidiano de intolerância e humilhação, com diversas formas de violência física e simbólica. [...] não pode haver invisibilidade quando a intolerância entra em cena, muito pelo contrário, há uma maior visibilidade; por outro lado, quando a invisibilidade aparece, a intolerância se retira. A questão é saber, se qualificar qual visibilidade se trata, e que, definitivamente, não é a do mundo branco-burguês. (RODRIGUES; FERNANDES, 2020, p. 13)

Penso que, no caso da população em situação de rua, o que ocorre é uma *miopia seletiva* historicamente construída que faz com que a sociedade *opte* por não ver esta população em determinados momentos. Este projeto busca, além de construir dialogicamente esta história, publicizá-la de diferentes formas para quebrar esta exclusão.

Além de permitir o registro de experiências que de outra forma poderiam estar marginalizadas da documentação histórica, este projeto busca atender a proposta da EPA, que é “potencializar a autoestima dos estudantes, proporcionando-lhes o desenvolvimento de suas identidades como práticas de exercício de liberdade e inclusão na sociedade contemporânea” (EMEF PORTO ALEGRE, 2013, p. 16). Deve-se ressaltar que a pesquisa está sendo realizada em sala de aula, buscando uma reflexão por parte dos alunos em relação à construção do conhecimento histórico.

Conforme apontam Ricardo Santhiago e Valéria Magalhães, o uso da história oral como ferramenta de aprendizagem “diversifica caminhos em direção ao conhecimento, porque valoriza a autonomia do aluno e proporciona um aprendizado ativo, participativo e colaborativo” sendo que “ao produzir fontes de informação e consolidar conhecimento, o interesse do estudante pelo objeto de aprendizagem tende a aumentar” (2015, p. 10). A história oral “pode contribuir para o aperfeiçoamento do raciocínio e do senso crítico, para estimular a curiosidade e a iniciativa, para refinar a sensibilidade e a perspicácia no trato com o outro” (SANTHIAGO & MAGALHÃES, 2015, p. 8).

Pelegrinos, trecheiros e mindingos: o povo da rua e seus nomes

Gostaria de fazer uma reflexão a respeito da rua e sobre a denominação dada a esse grupo, uma vez que ao nomeá-lo, damos a ele uma unidade que, inicialmente, não tinha. Inicialmente, cabe uma delimitação a respeito da parcela da população abordada aqui: a *população em situação de rua* pode ser definida como

[...] os adultos que se encontravam em abrigos e albergues destinados ao acolhimento e/ou ao abrigo

temporário, intermitente ou definitivamente, assim como aqueles que se encontravam em atividades de perambulação/circulação pelas ruas e/ou que disseram fazer da rua seu local de existência e habitação, mesmo que temporariamente.(IFCH/UFRGS, 2016, p. 10)

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, identificou 31.922 pessoas vivendo em situação de rua, excluídos os dados de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Brasília (BRASIL, 2008).

Recentemente, opta-se por parte de pesquisas acadêmicas e serviços sociais pelo termo “pessoa em situação de rua”, em detrimento de termos como “morador de rua” ou “pessoa da rua”, uma vez que esta terminologia enfatiza um caráter provisório, visando “contribuir para uma mudança de mentalidade na sociedade, remetendo às trajetórias das pessoas e a uma situação que poderá ser modificada”(MEDEIROS, 2010, p. 60).

Porém, alguns indivíduos não se identificam com este termo, considerando “morador de rua” mais simples e prático (GONÇALVES, 2019, p. 14). Ao mesmo tempo, em Porto Alegre existem termos próprios deste grupo para identificarem-se: para eles, na rua convivem “mendigos” ou “mindingos” – pessoas que vivem somente de mendicância –, “peregrinos” ou “pelegrinos” – indivíduos que transitam na cidade e realizam diversas atividades, como cuidar de carros, vender material reciclável, entre outras – e o “trecheiro”⁴ – aquele que transita em diversas cidades e estados diferentes.⁵ Joana Barros, que analisou o caso da população em situação de rua em São Paulo, descreve *trecheiros* como “andarrilhos que vivem de cidade em cidade, no rastro de trabalhos sazonais” (2022, p. 280).

Nota-se que em dois termos há a menção ao movimento realizado pelos indivíduos, evidenciando que, para eles, um fator de união é certo “nomadismo” presente em suas rotinas. O fato de ser ressaltada tal característica denota a distinção feita por eles em relação ao resto da sociedade em geral. Assim, “a

⁴ Este termo provavelmente deriva de trabalhadores que construía estradas e eram pagos por trechos realizados.

⁵ Esta tipologia foi feita a partir de conversas com estudantes da EPA.

situação de viver na rua é caracterizada por traços de mobilidade que surgem da ausência de moradia fixa em virtude das transformações no âmbito da família e do trabalho” o que “leva à exclusão do acesso às políticas públicas e sociais que têm por base o endereço” (SILVA, 2012, p. 19). Pode-se ver, ainda, a itinerância e a mobilidade como uma forma de “expressar a agência política de certas pessoas que não raro são consideradas ‘bárbaras’ e ‘primitivas’ a serem ‘civilizadas’ pelas instituições estatais ou mesmo tão desprovidas de recursos econômicos que os levaria a uma despossessão simbólica” (IFCH/UFRGS, 2016, p. 12).

Também há a necessidade, por parte de “peregrinos” e “trecheiros” de se diferenciar de “mendigos”, reforçando que eles buscam modificar sua situação. Isto fica claro na entrevista realizada com Rafael Dutra quando ele se diferencia de um antigo amigo, que havia “se perdido”:

Depois que ele resolveu sair da escola, parar de vir, pelo menos fazer as atividades, se formou, ele recaiu na vida. Que hoje, assim, é uma pessoa de rua, aquelas que não andam arrumada, não gostam de tomar banho. Ele anda, assim, parecendo, eu digo a real, parecendo um *mendingo* mesmo, um *mendingo*. (DUTRA, 2019, p. 13)

Unido à mobilidade, outra característica importante na identidade dessa população é o fato de realizarem alguma atividade.⁶ Pode-se dizer que a população em situação de rua em Porto Alegre identifica-se como um itinerante que busca a sobrevivência através de atividades diversas. Essa diferenciação revela, também, a busca por desvincular-se do estigma da mendicância, o que está presente na fala de Dutra na menção à limpeza e higiene pessoal.

Por outro lado, termos como “população de rua” ou “povo da rua” evidenciam um sentido coletivo e não individual dessa condição (SILVA, 2012, p. 62). Por este motivo, houve a opção de utilizar esta nomenclatura por parte do Movimento Nacional da População de Rua. Penso que o termo “povo da

⁶ Analisando os dados levantados pelo *Cadastro*, percebe-se que 87% dos entrevistados afirmavam realizar alguma atividade como fonte de renda (tais como catar material reciclável, guardar e lavar carros, vender na rua); somente 9,9% declararam obter renda através de mendicância e 3,1% não realizavam nada para obter renda (IFCH/UFRGS, 2016, p. 62).

rua” também permite englobar pessoas *com trajetória* de rua. Por estas duas razões opto pelos termos “povo da rua”/ “população de rua”, da mesma forma que “população em situação de rua”.

Esta dimensão não nega o fato de que “esse segmento da população registra uma diversidade de trajetórias e perfis, caracterizando uma heterogeneidade, por vezes negada pela sociedade ou por algumas práticas sociais” (IFCH/UFRGS, 2016, p. 80). Deve-se frisar que tal heterogeneidade muitas vezes “dificulta a percepção dos fatores estruturais e das vulnerabilidades a que os atores sociais podem estar sujeitos” (SILVA, 2012, p. 19); uma visão mais ampla das causas e razões de sua condição possibilitaria uma articulação coletiva das demandas, o que ainda é incipiente.

Existem diversos caminhos que levam à rua e estas singularidades muitas vezes dificultam uma articulação deste grupo enquanto coletivo, enquanto comunidade. Nesse sentido, parto da ideia de Jean Baptista e Tony Boita de que

[...] falar de comunidades é referenciar pertencimento, estar entre os pares, em relações solidárias, compartilhando história, memória e luta. É também onde circulam representações próprias de um grupo, não raro apenas por ele compreensíveis. Nesse sentido, comunidade é onde encontramos um patrimônio compartilhado, construído coletivamente, pautado no interesse político de transformação ou de resistência à realidade perversa que envolve este grupo. (2018, p. 57)

Conforme apontado, neste grupo há uma grande fragmentação e suas memórias a representam. Busco construir uma história do “povo da rua” de Porto Alegre partindo da perspectiva proposta pela História Pública, contribuindo, assim, com a formação e fortalecimento de sua identidade. O projeto parte da ideia de autoria compartilhada, ou seja, uma construção dialógica com os envolvidos.

História oral e história pública

Para auxiliar em meu projeto de construir uma história do povo da rua que contribua para a consolidação e fortalecimento das mobilizações de seus estudantes, parto de reflexões vindas dos debates da história pública, em especial em suas interações com a história oral. A história pública é movimento que surgiu nos Estados Unidos na década de 1970 e teve a entrada no debate brasileiro no início da década de 2010. Ao longo deste tempo, foram se desenvolvendo diversos sentidos do que *é* história pública; para Ricardo Santhiago (2016, p. 28), ela pode ser entendida como:

[...] a história feita *para* o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita *com* público (uma história colaborativa, na qual a ideia de “autoridade compartilhada” é central); a história *pelo* público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e *história e público* (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo).

Meu projeto intenta uma história do povo da rua *com* o povo da rua, sendo assim uma história pública que busca a “participação pública” (CAUVIN, 2019, p. 9). Mais do que isto, dentro das três razões de atração da história pública apontadas por Gerald Zahavi (2011, p. 54) – reverenciar, esclarecer e politizar – busco uma história pública ativista, engajada com as demandas dos movimentos sociais, buscando a superação da situação de vulnerabilidade sofrida pelo povo da rua.

Parto da proposta de Ricardo Santhiago (2018, p. 324), de que a história pública não é vista “como um campo profissional/acadêmico orientado por disputas pelo controle unívoco e excludente de uma definição” e sim “como uma vasta e generosa arena de diálogo e compartilhamento – nunca carente de conflito, contradição, até mesmo aporia”. Este tipo de história pública já desenvolveu uma tradição, principalmente na Europa e em países anglo-saxões, na qual este campo “emergiu como prática de uso público da história com fins político-ideológicos, influenciados pela busca de justiça social” (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 7).

Esta prática radical de história pública e oral busca, a partir das narrativas das vivências, a construção da cidadania e conscientização, e pode ser vista nas Escolas da Liberdade do Movimento dos Direitos Civis, no movimento feminista e na tradição de educação dentro do movimento operário, como as iniciativas de Myles Horton e o Highlander Folk School, iniciados na década de 1930 (SHOPES, 2016, p. 74; KERR, 2016, p. 368). O historiador Daniel Kerr (2016, p. 377), por exemplo, aponta como inspiração para sua prática de história pública e oral, além destas referências, a educação popular idealizada por Paulo Freire. Para eles, mais do que um método de construção de fontes e acervos, a história oral deve ser vista como um modo de facilitar “diálogos fundamentados em experiências pessoais e reflexões interpretativas sobre o passado” (KERR, 2016, p. 371, tradução nossa).

A história pública converte-se assim em uma forma de dar visibilidades a grupos como a população em situação de rua, que se encontram excluídos na sociedade e de narrativas históricas. Ao construir esta história de forma colaborativa e dialógica, penso que é possível uma constituição desta população como sujeitos de sua história, de suas narrativas, e não como objetos de estudos “exóticos” ou vítimas de um sistema socioeconômico perverso.

A história pública, da mesma forma que a história oral, deve ser guiada pelo conceito de “autoridade compartilhada” elaborado por Michael Frisch (2016, p. 62), que aponta para a realidade de

[...] que na natureza da história oral e da história pública *nós* não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos-autores-historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado. Até onde entendo, nós simplesmente não temos a autoridade para sair distribuindo por aí. Assim, argumentei, somos convocados nem tanto para “compartilhar autoridade”, mas para respeitar e atender a esta qualidade intrínseca.

Nesta concepção, o compartilhamento da autoridade está relacionado à ideia de que, aqui, a autoria é “dialógica por definição” (FRISCH, 2016, p. 63).

Desta forma, os narradores deixam de ser vistos como meras fontes, passando a serem encarados como detentores de conhecimento e de interpretações e com seus próprios interesses, que muitas vezes divergem da pesquisa (KERR, 2016, p. 383). Partindo desta perspectiva, assume-se “o comprometimento com o processo de produção dialógica da pesquisa e o exercício da compreensão histórica fundamentada, ao mobilizar questões sensíveis e socialmente vivas em *comunidades de sentido*” que “se expressa por memórias plurais, produzidas historicamente, a partir da experiência social de uma coletividade”, ressignificando “o tempo por meio da construção de representações do passado” (ALMEIDA, 2018, p. 102).

Isto é extremamente relevante para os propósitos desta pesquisa uma vez que a população em situação de rua é alvo de grande falta de empatia, tanto por parte da sociedade como um todo quanto em relação a eles mesmos, o que é evidente nos dados em relação à própria identidade desta população já citados. Criar uma cultura de escuta e compartilhamento de história nesta comunidade pode permitir uma maior identidade coletiva e solidariedade.

Por outro lado, ao trabalhar com as memórias de uma minoria estigmatizada como a população em situação de rua, o pesquisador deve ter claro que estas pessoas, como sinalizou Viviane Borges e Juliane Serres (2014, p. 124), “vivem um paradoxo entre o querer lembrar e o querer esquecer”: mesmo que queiram esquecer o sofrimento, a exclusão, as violências, querem lembrar dos companheiros, de suas alegrias, de suas vivências e de suas resistências. Como apontou Michael Pollak (1989, p. 4), as “memórias subterrâneas” ao prosseguir “seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível” transformam-se em uma forma de resistência. Construir uma história destas memórias, como é o caso do povo da rua, potencializa esta dimensão.

Uma contribuição fundamental dentro de uma história oral pública feita sobre e com excluídos é a de Daniel Kerr (2003, p. 28), que trabalhou com a população em situação de rua de Cleveland nos Estados Unidos no Cleveland Homeless Oral History Project (CHOHP). Devido à proximidade temática,

parto de suas reflexões e práticas para construir minha pesquisa. Para entender como este fenômeno estava tão enraizado naquela cidade, Kerr (2003, p. 28; 2016, p. 389) buscava, através da história oral, promover um diálogo entre a população de rua e percebeu que com uma metodologia mais tradicional isto não ocorria.

Esta forma de abordagem enriquece o trabalho com a população em situação de rua, uma vez que possibilita que os narradores vejam as razões de sua trajetória de uma forma mais estrutural, sendo resultado de um contexto mais amplo e não de problemas pessoais. Da mesma forma, ela ajuda a romper com uma forma de narrativa muito frequente entre esta população, vinculada a uma ótica moralista.

Partindo destas entrevistas, Daniel Kerr (2003, p. 37, tradução nossa) organizou oficinas, nas quais eram vistas e discutidas entrevistas procurando “identificar temas centrais para uma análise da situação da situação de rua vista de baixo [*from the bottom up*]”, para assim desenvolver “estratégias para a promoção de mudanças sociais significativas”. Ao final das oficinas, chegou-se a seis temas para a compreensão da situação de rua em Cleveland, a maioria dos quais não eram questões específicas deste grupo, mas que afetava grande parte da população daquela cidade.⁷

Os espaços de debate e reflexão promovidos através do CHOHP permitiram a compreensão por parte dos envolvidos das fontes da opressão e, principalmente, “identificar caminhos de resistência” (KERR, 2003, p. 40, tradução nossa). Kerr (2003, p. 44) aponta que, após as oficinas, diversos participantes se mobilizaram para buscar combater estas injustiças, demonstrando que a população em situação de rua “são agentes e talvez os agentes mais eficazes para a mudança social”. Ele ainda ressalta que o CHOHP possibilitou o diálogo de pessoas que pensavam de forma semelhante para que

⁷Os temas são: declínio das comunidades de trabalhadores após confrontos ocorridos em 1966 e a gentrificação destes bairros; fim das *flop houses*, espaços de baixo custo em que trabalhadores podiam viver, vinculado à “revitalização” do centro; redução das iniciativas de ação social por parte do Estado; uma justiça criminal que criminalizava as populações mais pobres; um sistema de empregos temporários vinculados à justiça que deixavam os trabalhadores no limite da sobrevivência; e, finalmente, os abrigos, que eram vistos como continuação das penitenciárias (KERR, 2003, pp. 37-40).

elas pudessem “desenvolver uma análise mais aprofundada sobre a situação de rua [*homelessness*]” (KERR, 2003, p. 45, tradução nossa).

O trabalho de Daniel Kerr constitui uma referência seminal dentro de minha pesquisa, visto que, além de possibilitar reflexões sobre este tipo de projeto, apresenta uma perspectiva metodológica adequada para o trabalho com o povo da rua. Inspirado nele, utilizo de estratégias como as oficinas de análise colaborativas das entrevistas como uma forma de auxiliar a construção por parte dos envolvidos de uma análise histórica de sua condição.

Outra contribuição vem de Joana Barros, que realizou entrevistas de história oral com pessoas em situação de rua em sua dissertação de mestrado. Posteriormente ela analisou duas entrevistas, com dona Margarida e Eduardo, que a inquietaram

[...] pelas condições sob as quais foram feitas, um incômodo diante de seu ritmo ditado pelos meus interlocutores, pelas interrupções, pelos inaudíveis na gravação, pelos sons que vazavam e estavam impregnados no registro da entrevista e, sobretudo, por isto tudo estar muito misturado ao que narravam dona Margarida e Eduardo. (2022, p. 278)

Para ela, as entrevistas cheias de ruídos, interrupções e frases curtas revelam “uma experiência que só pode ser compartilhada nestas veredas tortas da narrativa, que se torna audível também pelos seus erros” (BARROS, 2022, p. 288). Estes elementos, além de contextualizar a entrevista, fazem parte das narrativas do povo da rua.

Esta sensação, para a autora, é fortalecida por uma fala de Eduardo em uma entrevista que questionava “‘Você não tem medo de se envolver com maloqueiro, não?’” (BARROS, 2022, p. 283). Através desta pergunta voltada a uma pessoa que não pertence ao mundo da rua “Eduardo pontua a interdição da possibilidade do mundo comum, revelando a negação da validação da própria experiência que lhe constitui” (BARROS, 2022, p. 287)

Assim, ela afirma que o *erro* “é a entrevista com alguém que não está autorizado socialmente a falar (e existir), e não o procedimento para a sua execução” (BARROS, 2022, p. 288): os narradores, nestes casos, não se sentem

autorizados a relatar suas histórias por não serem vistos como dignos deste espaço.

Os *erros* destas entrevistas – lidos em constelação com o *medo*, os *nadas*, os ruídos – parecem construir uma forma de contar o que não pode ser dito, o que não é considerado legítimo e nem considerado passível de ser humanizado pela palavra, pelo encontro que ela enseja. [...] Os *erros* aqui, olhados distantes no tempo, tomados em constelação, parecem dizer o que não pode antes ser dito, abrem brechas para humanizar o que foi desumanizado: no *nada* se suspende a violência, recupera-se o fio da história, e no espanto do (não) medo se prolonga a possibilidade de dizer o mundo, narrar a si em presença do outro, sempre como algo precário e aberto. (BARROS, 2022, p. 288)

As reflexões que Joana Barros faz são muito relevantes para o projeto, pois traz à tona uma dimensão da exclusão vivida pela população em situação de rua que a falta de legitimidade de narrar suas histórias. Isto evidencia “que a importância de recordar as experiências daqueles que estão às margens da sociedade faz da história oral um projeto de justiça social” (AULA; SILVA, 2019, p. 18): simplesmente ao dar voz a estas pessoas já está se rompendo com esta tendência e dando dignidade a estas trajetórias.

Barros destaca também a necessidade de se compreender estes silêncios, ruídos e interrupções das entrevistas como um reflexo tanto desta falta de legitimidade de fala quanto como uma forma de ordenar e dar sentido a experiências de violência e trauma. Mesmo que alguns estudantes da EPA quando entrevistados apresentem uma narrativa relativamente organizada e encadeada, percebe-se que existem outros que se encaixam nestas observações, como mostrarei abaixo.

Aldeias, bretes e mocós: os territórios do povo da rua no Centro Histórico de Porto Alegre

Partindo da proposta de construir dialogicamente a história do povo da rua, desde 2020 venho desenvolvendo o projeto junto à EMEF Porto Alegre.

Inicialmente foram desenvolvidas oficinas na Biblioteca da escola trabalhando com os estudantes das Totalidades Iniciais, que estão em processo de alfabetização, conceitos como temporalidade e as mudanças da cidade. Este trabalho foi interrompido pela pandemia de COVID-19, que levou à suspensão das aulas em março de 2020.

A partir da vivência da pandemia surgiu a ideia da construção de um novo projeto que buscasse documentar a experiência dos estudantes, profissionais e comunidade da EPA durante a pandemia, em especial a população em situação de rua. Esta iniciativa está articulada a um movimento mais amplo por parte de diferentes instituições do estado, *Documentando a experiência da COVID-19 no Rio Grande do Sul* e, até o momento, já realizou nove entrevistas com servidores, parceiros e estudantes da escola.⁸

A partir de 2022 iniciei na escola uma oficina, ministrada no turno inverso, chamada Estudos de Problemas Contemporâneos que busca ser um espaço de escuta e debate sobre a realidade vivida pelos estudantes. A oficina parte das propostas apresentadas por Daniel Kerr e intenta que os estudantes possam vivenciar a história oral em seus diferentes âmbitos, realizando, concedendo e analisando entrevistas.

Para isto, foram desenvolvidas três atividades principais: oficina de perguntas e respostas, realização de entrevistas e análise de trechos de entrevistas realizadas na oficina. A primeira é dividida em duas atividades principais: inicialmente é exibido um trecho de um depoimento ou um documentário em que há o relato de uma pessoa sobre sua vida seguido de um breve debate sobre os temas tratados; em um segundo momento é solicitado que os estudantes escrevam duas perguntas que gostariam de fazer para qualquer colega e são sorteados os entrevistados e entrevistadores. A proposta desta atividade é fazer com que os estudantes iniciem uma problematização das narrativas individuais, buscando respostas mais amplas e complexas para questões cotidianas. Outra atividade desenvolvida consiste na realização de

⁸ Os resultados parciais do projeto podem ser visto em RODEGHERO; ALVES; WEIMER, 2023.

pequenas entrevistas com professores ou colegas durante o período da oficina – uma hora e 30 minutos. Neste tempo os estudantes desenvolvem o roteiro de entrevista, realizam a entrevista e fazem uma análise inicial. Em outro momento os estudantes analisam trechos das entrevistas, levantando questões a respeito dos relatos e, principalmente, a respeito do cotidiano de pessoas em situação de rua.

A partir destas atividades surgiu o tema do Centro Histórico como um território da população em situação de rua: diversos estudantes apontaram para este bairro como um espaço de garantia de direitos – como saúde, assistência social, moradia, educação – para o povo da rua. Tendo este tema como eixo foram realizadas diversas ações que buscavam registrar locais de vivência dos estudantes nas proximidades da escola.

A proposta tinha como base a ideia de que a “história oral de um lugar envolve memórias individuais relacionadas a certos locais. Memórias que, no turbilhão das transformações contemporâneas, restam muitas vezes desconhecidas” (MAIA, 2019, p. 7). No caso das memórias da população em situação de rua, este “turbilhão” é potencializado pela exclusão e violência. Buscava-se com isso construir uma consciência de que todas as pessoas têm direito à cidade, visto como “garantia do direito de usar e ocupar, governar, produzir e desfrutar dos espaços de forma equitativa e democrática” da cidade (ARAÚJO, 2022, p. 49) e, dentro disso, o direito à memória da cidade por parte do povo da rua. Assim, o objetivo era demarcar o Centro Histórico de Porto Alegre, espaço que passa por um processo de *gentrificação*, como território do povo da rua.

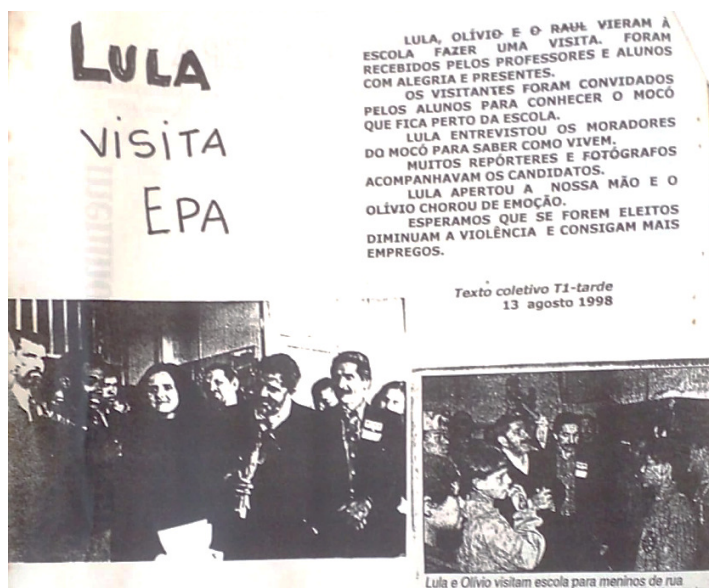
Uma das atividades realizadas foi uma saída de campo em parceria com os demais professores e o projeto de extensão A Cara da Rua, da UFRGS: o trabalho partia do verso da música “O Mestre-Sala dos Mares” de João Bosco e Aldir Blanc (“Salve o navegante negro/ Que tem por monumento as pedras pisadas do cais”) para problematizar a memória da cidade. Assim como o Navegante Negro João Cândido contava como monumento somente as “pedras pisadas do cais” – ou seja, não tinha estátuas ou placas comemorativas das lutas

e vivências do líder da Revolta da Chibata – a população em situação de rua não deixa nenhuma marca além de rastros instantâneos. Buscava-se, com a proposta, levantar estes espaços de vivência e luta do povo da rua e registrá-los através de fotografias captadas pelos estudantes.

Foram feitas, também, entrevistas com estudantes sobre o cotidiano que eles tinham quando ocupavam estes espaços. As entrevistas foram, por sua vez, analisadas por seus colegas. Daí surgiu uma classificação sobre diferentes espaços de vivência da população em situação de rua no centro de Porto Alegre: o *brete*, o *mocó* e a *aldeia*. O *brete* é visto como um refúgio ou esconderijo usado por pessoas em situação de rua – muitas vezes usado para consumo de substâncias químicas. Durante uma descrição, um estudante de mais idade fez a relação com o *brete*, compartimento usado para tratar de animais no campo, o que é um indício de que uma das origens da população em situação de rua de Porto Alegre ainda é o êxodo rural.

Já *mocó* é visto como um esconderijo de objetos pessoais. Ao mesmo tempo, era o termo utilizado pelas crianças e adolescentes em situação de rua do final dos anos 1990 e início dos 2000 para se referirem a espaços ocupados por eles no centro. Estes *mocós* são lembrados pelos estudantes que viveram esta experiência como locais de segurança, de aprendizado e de convivência. Um exemplo disso pode ser percebido no texto que consta no segundo número do Jornal da EPA, quando narra a visita dos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Olívio Dutra à escola e ao *mocó* em agosto de 1998. Nas falas dos estudantes nota-se, no entanto, uma diferença na avaliação entre estes dois significados para o termo: enquanto o *mocó* enquanto local de convivência de jovens é lembrado de maneira afetiva, o *mocó*-esconderijo de objetos muitas vezes é mencionado de forma pejorativa – em especial quando se refere a substâncias químicas.

Figura 1: Detalhe de Jornal da EPA (1998)



Fonte: Acervo da EMEF Porto Alegre

Finalmente, a *aldeia* do povo da rua é uma reunião de barracos feitos de lona com uma área comunitária na qual se cozinha e compartilha alimento, água e abrigo. De acordo com o estudante Elvis Adalberto Sant’anna de Souza, o nome *aldeia* vem de uma relação com comunidades indígenas: “É que nem os índios, que os índios têm: eles têm uma oca bem no meio do pátio”. Pelo que se percebe nas falas dos estudantes, as aldeias constituíam uma comunidade de pessoas em situação de rua, um espaço coletivo de ajuda e reciprocidade, de trocas de alimento e apoio, onde era possível encontrar famílias e pessoas que estavam buscando “se organizar”, ou seja, reconstruir sua vida. Comparando estas definições de espaços da população da rua, foi possível perceber uma distinção clara: enquanto o *brete* e o *mocó* (em suas diferentes definições) são espaços não-visíveis – ou seja, estão fora dos olhares de passantes, moradores e policiais –, a *aldeia* está totalmente visível, não está de nenhuma forma escondida.

As entrevistas foram base para a confecção de vídeos curtos divulgados nas redes sociais da escola realizados em parceria com a oficina de cinema ministrada na escola pela professora Krishna Daudt. Foram selecionados

trechos de entrevistas que descrevessem como eram os cotidianos de duas ocupações da população em situação de rua nas proximidades da EPA: a aldeia do Elvis – localizada no Parque Harmonia – e o *casarão* – que ocorreu em prédios da antiga Usina de Gás.⁹

Junto às falas, os vídeos mostravam fotografias realizadas pelos estudantes, feitas em parceria com o projeto A Cara da Rua, do estado atual dos locais mencionados. Além de apresentar um resultado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano nas diferentes ações (oficinas, projeto A Cara da Rua), a intenção com os vídeos era trazer à tona uma memória “invisível” do centro da cidade, mostrando que casarões ocupados e barracas de lona abrigavam vivências de solidariedade e comunidade que são parte da história da cidade.

Presente mais que presente: temporalidades e memórias da rua

As entrevistas mencionadas acima foram realizadas com estudantes que, mesmo tendo passando anos vivendo em situação de rua, apresentam um relato articulado e relativamente encadeado. Isto pode derivar do fato de que alguns deles, devido à sua militância junto ao povo da rua, já concederam diversas entrevistas, tanto acadêmicas quanto jornalísticas.¹⁰ Outros estudantes, como mencionado, trazem uma narrativa confusa sobre suas trajetórias, resultado de questões psiquiátricas e cognitivas, entre outras.

Estes estudantes apresentam um caso semelhante ao de dona Margarida, pessoa em situação de rua entrevistada por Joana Barros que, segundo a autora, apresentava uma narrativa circular:

[...] os fatos narrados sem muita sequência iam aos poucos conformando um labirinto de lembranças e julgamentos conduzidos por um fio: a perda. Muito do narrado misturava tempos, lugares e pessoas. Ela

⁹ Os vídeos estão disponíveis em

<https://youtube.com/@danteguimaraensguazzelli1305?si=t7kqJngEP2yn6psm>

¹⁰ Um exemplo é a participação de Elisângela Soares de Brito, entrevistada que contou sobre o Casarão, em dissertação de Mestrado sobre o assunto (MARINHO, 2006). Já Elvis Adalberto Sant’Anna de Souza trabalhou e militou durante anos junto ao Jornal Boca de Rua.

contava sem começo, meio e fim. O tempo cronológico que (eu) buscava para assentar uma linha do tempo da história de vida dela não se constituía ou constituía-se precariamente em intervalos de tempo/espaço que desfaziam os anos sucessivos, colocando em sua narrativa todos os fatos quase como um mesmo momento, um presente mais que presente. (BARROS, 202, p. 280)

A autora afirma que “histórias de vida como a de dona Margarida, colhida de forma talvez ‘errada’, se dispunha como uma narrativa enovelada, não se conduzia em linha reta e sim, para e por um labirinto” (BARROS, 2022, p. 280). Joana Barros afirma que dona Margarida, ao narrar, dá legibilidade para a vida no momento em que embaralha: “O fantástico tornava-se ordinário, dotando de algum sentido a brutalidade da perda e da vida nas ruas. A forma de contar estava ali amalgamada à própria vida contada” (2022, p. 280).

Ao longo do desenvolvimento das atividades na escola – tanto em disciplinas regulares de História e Iniciação à Pesquisa quanto na oficina Estudos de Problemas Contemporâneos – deparei com diversos casos de narrativas semelhantes. Um exemplo foi o de uma estudante que, mesmo que narrando de forma lógica um período de sua vida, contava, em tempo verbal presente, fatos que tinham acontecido quatro ou cinco anos antes.

Isto evidencia a dimensão “presente mais que presente” apontada por Barros, mostrando a marca que uma rotina de tensões, abusos, violências e vulnerabilidade deixa nestas pessoas, prendendo-as em um eterno momento de sobrevivência, sem futuro nem passado. Como afirma Eduardo, entrevistado por Joana Barros, “É que no seu nível, vocês acreditam muito no futuro. (...) Às vezes, olha... Eu brinco tanto no meio da rua que eu, sei lá, pra eu morrer é um, dois” (2022, p. 285). Eles estão, na definição de François Hartog, na “permanência do transitório, um presente em plena desaceleração, sem passado (...) e sem futuro real tampouco (o tempo do projeto não está aberto para eles)”; para eles há um horizonte “fechado para uma sobrevivência diária e um presente estagnante”(2013, pp. 14-15)

Já outros estudantes, ao narrar suas trajetórias, apresentam lacunas temporais, que podem chegar a décadas, de momentos em que eles não sabem ou não conseguem dizer onde viviam, por exemplo. Há o caso de uma estudante sexagenária que lembrava somente de fatos ocorridos em sua infância e início da adolescência e de quando havia entrado na EPA, já com mais de cinquenta anos. O período entre estes dois momentos, que se refere a quase quarenta anos, ela não queria ou podia recordar, provavelmente devido a traumas ou violências vividos por ela.

Outro estudante apresentava um caso semelhante potencializado pelo fato dele ser mudo e não ser alfabetizado. A origem da sua deficiência é desconhecida por parte da escola, não se sabendo se é algo fisiológico ou psicológico, uma vez que ele não é surdo. Este desconhecimento ressalta as condições de desamparo desta população. Mesmo assim, há, neste estudante, uma vontade muito grande de se comunicar e contar sua história: durante uma saída de campo, por exemplo, ele queria mostrar os locais onde havia vivido.

Ao longo de semanas e meses conseguimos criar uma forma de comunicação e fomos construindo sua história de vida, marcada desde a infância pela miséria e vulnerabilidade: a partir disso foi possível identificar diversos locais onde ele havia vivido em Porto Alegre e os períodos em que ele morou neles, construindo uma narrativa inicial de sua trajetória de vida. A pesquisa chegou a um ponto em que outras fontes poderiam contribuir com esta narrativa, o que levantou questões éticas. A partir de uma rápida consulta no Departamento de Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, foi possível encontrar o nome do estudante em processos, o que poderia trazer novas informações, auxiliando o estudante a construir sua história de vida, mas, ao mesmo tempo, trouxe à tona questionamentos sobre o acesso a estas informações tão sensíveis.

Por se tratar de um estudante que não está alfabetizado, ele somente teria acesso a documentação escrita pela mediação de professores, que teriam acesso a informações pessoais do estudante sem que ele tivesse controle. Estas

informações, do mesmo modo, podem afetar de forma negativa o estudante, por serem lembranças dolorosas e até traumáticas de exclusão e vulnerabilidade.

Estes problemas foram debatidos com o professor responsável pelas ações de inclusão na escola e com a professora da turma do estudante. Chegamos a um consenso de que seria necessário um trabalho anterior com ele, abordando eventuais informações que estes documentos trariam e se seria benéfico para o estudante levantá-las. Antes de mais nada, o objetivo com este trabalho com o estudante era o de auxiliá-lo na construção de uma memória que fosse benéfica para sua identidade. Este processo foi iniciado, mas foi interrompido devido a ausências do estudante no ambiente escolar, algo comum no público atendido pela escola.

Penso que a história oral, nestes casos de narrativas “enoveladas” e com lacunas, tem uma função de auxiliar o depoente a construir uma memória que seja, antes de mais nada, útil para sua vida e identidade. Aqui, além de uma dimensão de justiça social de registro e visibilização de histórias “invisíveis” da cidade, a história oral tem uma dimensão terapêutica e, portanto, deve ter como objetivo constante o bem-estar do estudante.

Este é um dilema com o qual o projeto se depara em diversos momentos, uma vez que as memórias do povo da rua se encontram “entre o querer lembrar e o querer esquecer”. Durante o ano de 2022, a oficina de Estudos de Problemas Contemporâneos foi constituindo-se como mais um espaço de escuta dentro da EPA, voltado para memórias da rua, ou seja: um local de troca de informações, debate e análises. Em contrapartida, foi possível notar que este trabalho de memória, em alguns casos, levou a reavaliações e reflexões pessoais de estudantes sobre suas vidas que podem ser tristes e melancólicas.

Conforme aponta Jennifer Cramer (2020, p. 5, tradução nossa), “a história oral não é uma terapia – mesmo que o processo em si possa parecer terapêutico para o narrador – e, de fato, se for mal feita, pode causar danos ao entrevistado ou ao entrevistador”; ainda assim, a entrevista pode auxiliar no “trabalho regenerativo da memória” (RODEGHERO, 2022, p. 491). Para evitar

danos, Cramer faz algumas recomendações em projetos que envolvam traumas, tais como consulta ou colaboração com especialistas em saúde mental e conhecer as histórias de vida dos entrevistados para ter um contexto mais amplo, além de usar ferramentas que beneficiem as narradoras e os narradores, como a ideia de autoridade compartilhada, consentimento informado, entre outros (2022, pp. 209 e 211).

Penso que o fato do projeto estar sendo desenvolvido dentro da escola e relacionado a outros espaços da instituição é algo que reduz eventuais danos da rememoração, estando o estudante em constante contato com pessoas dispostas a ajudá-lo neste processo. A EPA é um espaço muito marcado pelo acolhimento e escuta, além de fazer parte de uma rede de trocas que envolve instituições da saúde e assistência social, o que possibilita um olhar atento a questões da saúde mental dos estudantes. Da mesma forma, diferentemente de outros projetos de história oral, aqui os entrevistados estão em constante contato com as entrevistas concedidas, as quais são objetos de diálogo e de análise, havendo a apropriação dos sentidos dados às palavras.

Referências

ABATI, Lucas. TJ proíbe prefeitura de fechar escola para moradores de rua em Porto Alegre. **Zero Hora**, 12/12/2019. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/12/tj-proibe-prefeitura-de-fechar-escola-para-moradores-de-rua-em-porto-alegre-ck435zq9z051o01rzzh7c0nzo.html>

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. O que a história oral ensina a história pública?. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Que história pública queremos? What public history do we want?**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Apresentação. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.) **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011

ARAÚJO, Cícero Ítalo Rodrigues. Como o direito à cidade poderia ressignificar a experiência da população em situação de rua durante a pandemia da COVID-19?. **Revista Humanidades em diálogo**, v. 11, pp. 43-53, 2022.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. História Oral e comunidades LGBT: Museologia comunitária no Museu da Favela. In: BAUER, Letícia; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **História oral e patrimônio cultural** – Potencialidades e transformações. São Paulo: Letra e Voz, 2018

BARROS, Joana. O nada, o inesperado, o medo: erros das entrevistas e vida na rua. In: HERMETO, Miriam; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **Entrevistas imprevistas: surpresa e criatividade em história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2022, pp. 277-88.

BORGES, Viviane Trindade; SERRES, Juliane Conceição Primon. Narrativas sobre o velho leprosário: as entrevistas realizadas com pacientes/moradores do Hospital Colônia Itapuã (Viamão/RS). **História Oral**, v. 17, n. 1, p. 119-134, jan./jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Primeiro censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: MDS/Sagi, abr. 2008.

BRITO, Elisangela Soares de. Entrevista concedida na Oficina Estudos de Problemas Contemporâneos da EMEF Porto Alegre em 1º de julho de 2022.

BRUM, Elaine. “A Vida de 12 meninos no esgoto de Porto Alegre”, “Tartarugas Ninjas emergem de subterrâneos”. **Zero Hora**, Porto Alegre, Ano XXIX. No 10114. p. 34. 1o de maio de 1993.

CAUVIN, Thomas. A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional. **Revista NUPEM**, volume 11, número 23, 2019.

CRAMER, Jennifer. “First, Do No Harm”: Tread Carefully Where Oral History, Trauma, and Current Crises Intersect. **The Oral History Review**, V. 47 N.2, 203-213, 2020.

DE PAULA, Gabrielle. Onde estão os antigos moradores da Vila Chocolate?. **Sul21**, Porto Alegre, 30/05/2016, disponível em https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2016/05/onde-estao-os-antigos-moradores-da-vila-chocolatao/

DUTRA, Rafael Fernandes. Entrevista concedida a Autor, no dia 23 de janeiro de 2019, em Porto Alegre.

EMEF PORTO ALEGRE. **Plano Político Pedagógico**. Porto Alegre, 2013.
FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única – ou De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria et al (orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GODINHO, Josiane Machado. **A escola de quem não tem escola**: os desafios da escolarização para jovens em situação de rua. Porto Alegre: PUCRS, 2015. Dissertação de Mestrado em Educação.

GONÇALVES, Talita Fernandes. **Rua, substantivo feminino**: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Dissertação de Mestrado em Geografia.

GUAZZELLI, Dante Guimaraens. Uma história feita na rua: história pública da EMEF Porto Alegre. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, vol. 9, nº. 24 – jul./dez. de 2020

HARTOG, François. **Regimes de historicidade** – presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013

IFCH/UFRGS. **Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS**. UFRGS: Porto Alegre, 2016, p. 29-30. Relatório quanti qualitativo, contendo o Cadastro censitário e o Modo de vida cotidiana da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre, realizado em 2016 através de Contrato entre a FASC e a UFRGS / FAURGS e executado pelo IFCH/UFRGS. Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=41&p_secao=120

Jornal da EPA, Porto Alegre, 1998.

KERR, Daniel R. “We Know What the Problem Is”: Using Oral History to Develop a Collaborative Analysis of Homelessness from the Bottom up. **The Oral History Review**, Vol. 30, no. 1, pp. 27-45, 2003.

KERR, Daniel R. Allan Nevins Is Not My Grandfather: The Roots of Radical Oral History Practice in the United States. **The Oral History Review**, vol. 43, no. 2, pp. 367–391, 2016.

MAIA, Andréa Casa Nova. Apresentação - Quando a cidade fala e a rua grita: narrativas contemporâneas sobre a paisagem urbana. MAIA, Andréa Casa Nova (orgs.). **História oral e direito à cidade**: Paisagens urbanas, narrativas e memória social. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

MARINHO, Adriano Ruschel. **Memórias do casarão**: lições de uma ocupação popular urbana derrubada pelas políticas sociais do poder público. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação de Mestrado em Educação. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13744>

MEDEIROS, Alessandra. **Pessoas em Situação de Rua**: a saída para a saída - um estudo sobre pessoas que saíram da rua. São Paulo: PUC-SP, 2010. Tese de Doutorado em Serviço Social.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 1, 1989.

RODEGHERO, Carla Simone; ALVES, Clarissa Sommer; WEIMER, Rodrigo de Azevedo (orgs). **Documentando a experiência da Covid-19 no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

RODRIGUES, Igor; FERNANDES, Dmitri Cerbocini Fernandes. Apresentação. _____ (orgs). **Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil - grandes cidades**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

SANTHIAGO, Ricardo & MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados – Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria et al (orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. Pode-se falar de uma história pública brasileira?. In: MAUAD, Ana Maria; et al. (orgs.). **Que história pública queremos? What public history do we want?**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SANTOS, Renato Faria dos. **O Acolhimento da População em Situação de Rua: A experiência do Núcleo de Trabalho Educativo da EPA**. UFRGS: Porto Alegre, 2018. Dissertação de Mestrado em Educação.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. MAUAD, Ana Maria et al (orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SILVA, Cláudia Lucia da. **Estudos sobre população adulta em situação de rua: campo para uma comunidade epistêmica?**. São Paulo: PUC-SP, 2012. Mestrado em Serviço Social.

SOUZA, Elvis Adalberto Sant'Anna de. Entrevista concedida na Oficina Estudos de Problemas Contemporâneos da EMEF Porto Alegre em 15 de maio de 2022.

ZHAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.) **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

Recebido em: 31 de maio de 2023
Aceito em: 16 de outubro de 2023